A CIDADE EXTRATERRITORIAL: FORTALEZA, SUA CENA CULTURAL E SEUS SENTIDOS IDENTITÁRIOS

Ivanaldo Oliveira dos Santos Filho[1]

Emias Oliveira da Costa[2]

RESUMO: Embora esteja inserido em um jornal cujas matérias noticiam territórios diversos, o Caderno 3 se volta exclusivamente para a cidade de Fortaleza. Os discursos que se veiculam a partir dos temas próprios do Caderno 3, permitem esboçar representações de um homem e uma cultura urbana. Identificar e descrever tais discursos acerca da cidade de Fortaleza apresenta-se como objetivo principal desse trabalho. Para tanto, foi necessário compreender o Caderno 3 enquanto prática discursiva; assim, Michel Foucault torna-se o principal aporte teórico desse artigo. Uma vez que se analisa um 'discurso sobre a cidade', os conceitos de espaço urbano e nomoespaço, bem como a própria concepção de *cidade* são indispensáveis à compreensão daquelas representações. Dessa forma, não se pode evitar uma perspectiva transdisciplinar, de modo que foram utilizadas noções oriundas de outros campos de pesquisa, especialmente os da 'nova geografia cultural', que estuda os fatores urbanos em sua dimensão simbólica, sociológica e filosófica.

PALAVRAS-CHAVE: Prática discursiva.Cidade. Identidade. Território.

1 O PENSAR DO *CADERNO 3*: PERGUNTAS E ELEMENTOS DE ANÁLISE

Se Foucault diz interessar-se, em *Vigiar e Punir*, pelo pensamento da punição, uma vez que o pensamento mantém relação com a verdade (FOUCAULT, 2004, p. 241), e Heidegger diz que "a mudança da verdade não é, por exemplo, uma consequência da mudança das relações sociais" (HEIDEGGER, 2009, p. 397), a indagação que busca apenas os condicionamentos sócio-políticos dos textos é infrutífera a partir de tais fundamentos. Dessa forma, indagamo-nos, nas páginas do Caderno 3 – caderno de cultura do *Jornal Diário do Nordeste*, que circula sobretudo na capital do Ceará – não pelas relações de prestígio ou desprestígio cultural que nele se manifestam; interrogamos a própria construção do pensamento: por que a 'cidade' não cessa de aparecer no pensar/discursivizar a 'cultura'; o que torna possível pensar uma a partir da outra e vice-versa?

[1] Pós-Doutorado pela Universidade de São Paulo (USP); Doutorado em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); professor do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN); ivanaldosantos@uern.br.

[2] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte; emiasoliveira@hotmail.com.

Revista Língua & Literatura	FW	v. 16	n. 26	p. 38-58	Recebido em: 23 jan. 2014. Aprovado em: 01 jun. 2014.

Não negamos que as relações sócio-políticas manifestem-se no conteúdo ou mesmo na prevalência de determinados temas às páginas daquele *Caderno*. A investigação de tais relações subjacentes pressuporia a ideia de um discurso velado sob o discurso manifesto, o jogo de intenções sob o enunciado. A perspectiva de um não-dito sobre o dito nos direcionaria a perguntas do tipo: como os espaços urbanos menos favorecidos são representados no *Caderno 3* e que elementos, nessa representação, apontam para os interesses ideológicos ocultos desse jornal?

As perguntas às quais nos laçamos são diametralmente outras; não porque elas estejam expressas na superfície dos enunciados desse caderno de cultura e constituam-se aquilo que se pode ver sem mais problemas, o óbvio. Ao problematizarmos o pensamento acerca da 'cidade' a partir da 'cultura', bem como interrogarmos essa relação, não a partir da dicotomia 'cultura dominante vs. cultura subordinada', mas a partir da emergência da relação 'cidade', 'cultura' e 'território', temos em mente as seguintes perguntas: o que torna possível a sincronia entre o pensar a cultura e o pensar a cidade? Por que, no *Caderno 3*, são necessárias, para tratar da cultura, territorializações que vão além da cidade de Fortaleza? Assim como a conjuntura de determinadas práticas discursivas permitiram, no século XIX, a emergência da problemática do homem e das ciências humanas, em que conjuntura discursiva se inserem os textos do *Caderno 3* e como estes contribuem para a emergência da problemática da cidade e seu território? Por que esse saber sobre a cultura promovido *pelo Jornal Diário do Nordeste* delineou a relação 'cidade-de-Fortaleza vs. cidade-estrangeira' como aquilo que é necessário saber?

Todas essas perguntas colocam em pauta um pensamento acerca da cidade; não para explicá-lo, apontar a sua origem, mas para problematizar seu caráter evidente, de forma a "sacudir os hábitos, as maneiras de fazer e de pensar, dissipar as familiaridades aceitas" (FOUCAULT, 2004, p. 249). Se tais indagações não são postas no que se poderia chamar nível obscuro das matérias do *Caderno 3*, ou seja, em seu não-dito, também não são questionamentos acerca daquilo que pode ser percebido sem qualquer conversão do olhar. Efetivamente, elas se colocam no nível do enunciado: "Nem oculto, nem visível, o nível enunciativo está no limite da linguagem: não é, em si, um conjunto de caracteres que se apresentariam, mesmo de um modo não sistemático, à experiência imediata; mas não é, tampouco, por trás de si, o resto enigmático e silencioso que não traduz" (FOUCAULT, 2007, p. 127).

Não dedicar-se à busca do não-dito e colocar-se nesse espaço onde jogam o oculto e o visível parecem indicar uma certa negligência a quem está por trás do discurso do *Caderno 3*. O sujeito que produz tais discursos, a quem é dado o direito de pronunciar aquilo mesmo que ele diz sobre a cultura, é parte da enunciação. Interessa-nos, portanto, saber quem fala; não para denunciá-lo em seu posicionamento, revelar suas tonalidades ideológicas mais imperceptíveis, suas escolhas linguísticas marcadas socialmente. Aqueles que escrevem às páginas do *Caderno 3* são inerentes à investigação do nível enunciativo de seus textos, na medida em que é a partir deles que se pode tratar da questão do *status* dos indivíduos aos quais é assegurado "o direito regulamentar ou tradicional, juridicamente definido ou espontaneamente aceito, de proferir semelhante discurso" (FOUCAULT, 2007, p. 56).

O que poderíamos dizer sobre esse sujeito "de cultura", que escreve sobre cultura, mas é, ao mesmo tempo, um noticiador envolvido pelo acontecimento e pelo movimento do teatro, do cinema, das livrarias e *shows* musicais, o que poderíamos dizer desse sujeito está indissociavelmente relacionado à evidência de que ele é um sujeito urbano. Mas isso não responde à questão de saber quem fala no nível enunciativo, pergunta que Foucault coloca na distância entre Mallarmé, para o qual "o que fala é, em sua solidão, em sua vibração frágil, em seu nada, a própria palavra" (FOUCAULT, 1999, p. 421), e Nietzsche, que, mantendo até o fim a pergunta por quem fala, assume o risco de "fazer, afinal, a irrupção de si próprio no interior desse questionamento para fundá-lo a si mesmo, sujeito falante e interrogante" (FOUCAULT, 1999, 421).

A pergunta por quem fala é em Foucault a pergunta pelas modalidades enunciativas, que se definem a partir de determinadas posições do sujeito. A posição do sujeito constrói um olhar, que não é outro senão um "olhar loquaz", falante, proferidor, enunciante, que fala por suas modalidades enunciativas. Em *Nascimento da clínica*, Foucault não associa a ruptura da medicina empírica à oposição 'teoria vs. experiência', mas a analisa "a partir da relação intrínseca entre dois níveis do conhecimento médico: o olhar e a linguagem" (MACHADO, 2006, 102). A posição do sujeito médico e os enunciados do discurso clínico se definem de determinada forma porque ele "é sucessivamente o questionador soberano e direto, o olho que observa, o dedo que toca, o órgão de decifração dos sinais, o ponto de integração de descrições já feitas, o técnico de laboratório [...]" (FOUCAULT, 2007, p. 59). Disso resultam as variadas formas de enunciados do discurso clínico: descrições qualitativas, estimativas estatísticas etc.

Quem fala no discurso "de cultura" do *Caderno 3* é também um sujeito constituído num feixe de relações não menos variadas: ele é simultaneamente o filósofo da arte, o cientista da cultura, o militante dos artistas, o jornalista do acontecimento artístico, a voz de um passado identitário, o espectador delirante, o propagandista das ideias. Suas formas de enunciação compõem-se de apreciações de arte, defesa de projetos artístico-sociais, divulgação de espetáculos, análise de práticas culturais, narrativas de eventos, especulações identitárias, fragmentos historiográficos.

Nesse jogo de relações em que se insere o sujeito "de cultura" que fala às páginas do *Caderno 3*, um aspecto está diretamente relacionado à pergunta pela forma como se pensa/ discursiviza a cidade: o lugar institucional de onde esse sujeito pronuncia seu discurso "de cultura". O *Caderno 3* não é em si uma totalidade, porque suas matérias estão integradas ao jornal; ele é, solitariamente, um caderno de cultura e, conjuntamente, o caderno de cultura do jornal Diário do Nordeste. Ele se integra à instituição jornal e toma-lhe não somente muitas de suas modalidades enunciativas, mas também a parte que lhe cabe no papel que se reconhece no jornal. Todavia, ao mesmo tempo em que ele é elemento da unidade, não deixa de ser dispersão dela mesma, de modo que não é simplesmente expressão do intuito do jornal.

A investigação desse sujeito disperso do enunciado, a quem é dada a propriedade de falar sobre a cena cultural urbana, encontra pouco ou nenhuma efetividade se a lançarmos na ordem de uma busca pelo autor, ou ainda, pelo autor-real. Dá-se dessa forma porque procuramos menos pela relação sujeito/enunciado do que pela relação enunciado/sujeito: dedicamo-nos menos (ou nada) à conformação do enunciado à intenção do autor e mais (bem mais) às regras de formação desses enunciados no *Caderno 3*. Se não é necessariamente pelo autor-indivíduo que tentamos olhar, entre o oculto e o visível dos enunciados desse caderno, mas pelo sujeito do enunciado, é porque ele é "uma função vazia, podendo ser exercida por indivíduos, até certo ponto, indiferentes" (FOUCAULT, 2007, p. 105). O sujeito enunciante não é nem a origem nem a intenção do enunciado – possíveis de serem buscadas nos condicionamentos sociais do autor que a produziu –, e nem mesmo uma posição constante, invariável, que se mantém a mesma por todo o texto.

O sujeito do enunciado se define no interior da linguagem, no jogo das práticas discursivas. A linguagem não é para ele um instrumento de designação, mas necessariamente uma atividade humana; não uma significação do mundo, mas o mundo mesmo, pois sem linguagem ele não existiria. Linguagem e ação constroem, dessa forma, uma relação profunda e íntima, "de modo que não se pode separar pura e simplesmente a consideração da linguagem

da consideração do agir humano ou a consideração do agir não pode mais ignorar a linguagem" (WITTGENSTEIN apud OLIVEIRA, 2001, p. 138).

O *Caderno 3* configura-se, dessa forma, como uma dimensão do agir pela linguagem. Sua prática discursiva atua a partir de certo modo de objetivação da cidade e sua territorialidade, na medida em que se constitui como um saber legítimo e possível. Não um saber caracterizado por algum grau de epistemologização ou cientificidade – que o coloca em relação direta com práticas coercitivas específicas, a exemplo do discurso clínico; mas um saber que circula de maneira autônoma por se constituir como prática discursiva até certo ponto individualizada. Autonomia capaz de imputar-lhe fronteiras palpáveis no fluxo do jornal, a partir das quais se pode falar de uma denominação *Caderno 3* e não apenas de textos esparsos sobre a temática 'cultura' no Jornal Diário do Nordeste.

Se podemos falar do *Caderno 3* como um mecanismo de construção de representações da cidade – para assim elaborar uma relação próxima entre linguagem e ação, discurso e poder –, todavia, não podemos tomar os seus enunciados como regras prescritivas de formas de ser urbanas. Não atuam aí um mecanismo de poder repressivo; contudo, uma vez que a relação poder e saber é inextrincável, é possível reconhecer no saber disseminado à superfície do *Caderno 3* um mecanismo de poder eminentemente produtivo. Descrevê-lo é, sobretudo, perguntar-se não de onde ele vem e para onde ele vai, mas por onde ele passa, e também: por quais espaços diferentes da cidade esse saber-poder passa; como se comporta na elaboração de saberes sobre práticas culturais distintas; como insere o cotidiano no discurso da cultura; como articula o rural na arquitetura das páginas tão urbanas do jornal; e, por fim mas não menos importante, que imbricações, paralelismos e confrontações estabelece dentro da relação 'cidade-de-Fortaleza vs. cidade-estrangeira'.

Tão importante quanto perguntar pela dimensão da ação que envolve o enunciado e a linguagem – essa questão está inserida na pergunta 'quem fala' – é perguntar por quem escuta. Mas não pela escuta que pressupõe o poder unilateral e triunfante daquele que fala, tendo em vista que toda escuta é já uma resposta e nenhum falante é o primeiro a falar, pois "cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados" (BAKHTIN, 2003, p. 272). Para compreender as relações de poder que caracterizam toda prática discursiva, necessita-se investigar "as formas de resistência e as tentativas de dissociar estas relações" (FOUCAULT, 1995, p. 234), pressuposto que impede que se trabalhe com uma concepção de escuta como compreensão passiva, recepção e apreensão estável.

As representações da cidade de Fortaleza no *Caderno 3*, o processo de objetivação que elas abrangem, os procedimentos nunca estáveis de subjetivação que insinuam, as estratégias de resistência que desencadeiam relacionam-se com um campo de práticas não discursivas; uma relação que não é da ordem da influência exterior, extradiscursiva, já que "nem a relação do discurso com o desejo, nem os processos de sua apropriação, nem seu papel entre as práticas não discursivas são extrínsecos à sua unidade" (FOUCAULT, 2007, p. 75). As formas de resistência, portanto, inerentes àquele que escuta-responde, são intrínsecas ao discurso e podem ser analisadas a partir dele mesmo.

Nesse sentido, o *Caderno 3* abrange, concomitantemente, uma rede de temas vários e concepções diversas; enunciados ora fundados sobre uma concepção ampla de cultura, ora a partir de preceitos artísticos restritos a um grupo. Pontos de divergência que intercalam-se, negam-se, complementam-se e sobrepõem-se na tessitura do mesmo caderno para constituírem sua dinâmica própria, cuja incoerência é impedida porque "os dois elementos incompatíveis são formados da mesma maneira e a partir das mesmas regras; suas condições de aparecimento são idênticas; situam-se em um mesmo nível; e ao invés de constituírem pura e simples falta de coerência, formam uma alternativa..." (FOUCAULT, 2007, p. 73).

Ora, nesse jogo de incompatibilidades e antagonismos de superfície, o que está sempre desaparecendo e voltando a aparecer é um movimento centrífugo de representação da cidade, no qual está em jogo o problema da cultura e da territorialização cultural da cidade de Fortaleza. Esta é a condição de possibilidade incontornável para o pensamento manifesto nos enunciados do *Caderno 3.*

Esse jogo de relações entre 'cidade', 'cultura' e território' é gerador de princípios de exclusão; nem todo enunciado é possível de figurar no discurso da cultura aí veiculado. Determinados objetos estão excluídos do *Caderno 3* não porque sobre eles pese o estigma de um tabu ou porque estão expressamente vetados; são excluídos aqui para serem incluídos em outro lugar: a relação entre práticas discursivas tanto impede o aparecimento de objetos quanto procede a partilha deles. Dessa forma, é que todo o elenco de eventos que integram o circuito cultural do interior do estado – que estivemos procurando às páginas do *Caderno 3* – só foram encontrados no *Caderno Regional*, cujas propriedades discursivas divergem significativamente do caderno de cultura que estamos analisando.

Ainda que não tenhamos dissecado detidamente o *Caderno Regional*, é patente que se inclui em suas folhas tudo o que territorialmente pertence ao interior do estado, por isso os homicídios do interior figuram nele e não no *Caderno Policial*. Esse contraponto que o

Caderno Regional constitui evidencia, de maneira ainda mais contundente, que o pensar do *Caderno 3* não cessa de desdobrar-se sobre a relação 'cidade', 'cultura' e 'territorialização', a partir da qual representa a cidade de Fortaleza.

2 POR UMA NOVA TEORIA DA 'CIDADE'

Olha-se para a cidade e dela não se pode enxergar mais do que sua obviedade. Permite-se muito pouco olhar além das suas aglomerações de moradias, da geometria de suas ruas, da sua densidade populacional. A condição urbana que ela pressupõe assenta-se naquilo que se pode ver a partir de uma visão panorâmica. A cidade é o traçado de muitas linhas, ora perpendiculares ora paralelas, as quais organizam espaços e dividem fronteiras: é essa a noção de onde emerge a "condição urbana" na qual os modernos se agarram, apesar de pressentirem que algo lhes parece escapar pelos dedos.

É certo que a cidade não se desvincula da definição organizacional; a *polis* não estava afastada de um preciso critério de organização física, e os monumentos arquitetônicos que a ela se integravam compunham uma lógica geométrica. Porém, sem se desvincular do pensamento de sua concretude física, a *polis* se definia também a partir do aspecto social. Ela era tanto uma forma física quanto um modo de disposição social, o qual manifestava uma estrutura de relações de poder constitutiva da cidade, sua própria condição de possibilidade.

Poder e território, dessa maneira, compunham uma rede de profunda dependência. Esta relação não se desintegra nas cidades modernas; todavia não é a mesma. O conceito de território, para a compreensão da condição urbana moderna, precisa ser compreendido a partir de sua inserção numa rede conceitual que abrange a noção de territorialidade e territorialização. Este último pressupõe movimento e visa "controlar as dinâmicas que afetam as práticas sociais" (GOMES, 2010a, p. 12); aquele primeiro, mais diretamente relacionado ao poder, configura-se como "conjunto de estratégias, de ações, utilizadas para estabelecer este poder, mantê-lo e reforçá-lo" (GOMES, 2010a, p. 12).

Assim é que território ultrapassa o ato de apropriação do espaço e sua ocupação autoritária. Para a construção do território trabalham questões simbólicas e fatores discursivos. Ele é, ao mesmo tempo, movimento de inclusão e exclusão e, por isso, apresenta-se como elemento indispensável às tensões propriamente urbanas. O terreno da cidade não é um desenho preenchido de retas cuja planificação lembra a imagem de um mar tranquilo. A cidade é, por sua natureza, o espaço das diferenças, das heterogeneidades. A partir dela

mesma, na superfície de seu território, se delineiam oposições que, por um lado, parecem disputar uma figura abstrata a que se chama direito civil, voz, discurso, e por outro, agora de forma mais concreta, constroem uma disputa por espaço urbano, o território mesmo da cidade, sua física indissociável do poder.

Diante da emergência de uma condição urbana embebida em relações que são tanto físicas quanto sociocomportamentais, o estudo do espaço atrelado à sua funcionalidade e ao caráter econômico que a ele se liga oferta muito pouco à compreensão das representações da cidade e da vivência propriamente urbana e seu sistema de valores. Primeiro porque se detém no aspecto morfológico da cidade, tendo por meta a composição de uma tipologia das cidades; segundo porque, se extrapola tal meta, recai na investigação das relações entre um grupo de cidades, e, desta vez, tem por objetivo a busca de complexos urbanos; terceiro porque, ao se propor o estudo da cidade em sua conjuntura interna, constrói-se eminentemente sobre o viés econômico.

A chamada "nova geografia cultural" pretende captar a cidade para além da finalidade classificatória; ao passo que se interessa pelas representações desse lugar, insere, em suas análises, o discurso sobre ele. Abandona a finalidade classificatória para tentar perceber a dinâmica dos espaços urbanos, a constante reelaboração dos imaginários que a eles se anexam, as disputas identitárias que não se afastam da disputa por espaço físico. Não relega a morfologia da cidade, mas filtra-lhe as categorias que se apresentam como trans-históricas para, assim, perceber cada elemento citadino como construção de um tempo: o espaço é sempre outro, apesar de ser o mesmo. 'O que é a cidade' é uma pergunta que tal perspectiva retoma com recorrência, e, a cada vez, é outra resposta que se obtém.

A geografia, assim, aproxima-se da história; afirma com veemência que a cidade é, em todos os seus aspectos, histórica: o que dela se faz num momento preciso não é igual àquilo que foi há algumas décadas. Os espaços da cidade são o que a rede das representações, das divisões físicas, das ordenações institucionais, das relações civis fazem deles. Eles deixam de ser uma função para tomarem lugar numa conjuntura que se elabora a partir não apenas de localizações, mas também de comportamentos sociais. Se antes se insistia em enxergar a metrópole, a *polis* e o burgo a partir de uma linha evolutiva da mesma figura, a cidade, agora se deseja enxergar mais dessemelhanças do que analogias, pois se entende que "cada tipo de associação criou na história formas físicas e comportamento distintos" (GOMES, 2010a, p. 20).

Trata-se de uma geografia das rupturas inumeráveis, uma geografia das singularidades urbanas, a ponto de cada cidade não ser mais do que o que é num determinado tempo. A própria concepção de cidade muda no transcorrer da história; com ela emerge uma relação sempre inédita entre território e política. O que daí se constrói tanto se refere ao aspecto físico quanto ao conteúdo da cidade. Sob sua paisagem concreta, sua aglomeração e sua contiguidade de moradias procura-se enxergar sua dimensão filosófica, sem negligenciar o caráter espacial que lhe é inerente. Estudá-la do ponto de vista de suas formas simbólicas é o desafio a que se propõe essa geografia; para tanto, não se constrange em convocar conceitos de outras áreas nem mesmo em constituir-se essencialmente a partir de um caráter transdisciplinar.

3 EM TORNO DA CONCEPÇÃO DE CIDADE: O NOMOESPAÇO

É a partir da análise espacial que a geografia pretende construir um relacionamento mais imbricado com as ciências sociais, constituindo um campo à parte e distante dos estudos geográficos que se detêm numa abordagem que coloca, de um lado, o homem, e, do outro, o meio geográfico. Procura assentar-se na tese de que o espaço condiciona diretamente a organização social, e vice-versa; a extensão espacial está, aqui, além de uma visão naturalista ou funcionalista; ao contrário, é fonte geradora de sistemas sociais, de modo que o espaço é, desse ponto de vista, uma categoria pertinente às ciências humanas e sociais. Todavia, tais ciências ainda não se apropriaram detidamente desse campo de estudo, e a "nova geografia cultural" encabeça uma empreitada que seria de todo solitária se não fossem, dentro da antropologia, as pesquisas que exploram, ainda de maneira tímida, a relação espaço e organização social. Se se pode identificar tal relacionamento em trabalhos provenientes de historiadores, o foco ainda recai na afirmação do espaço como resultado da reprodução social, tomado como unidade isolada da estrutura de poder, configurando-se apenas como produto dela, regido pelos ditames do modo de produção e tornando-se mais um objeto de consumo; dessa maneira, fica-se impedido de enxergar o espaço enquanto agente de produção, instrumento de construção de relações de poder e lugar caracterizadamente dialético e dinâmico, já que a partir dele se constituem uma rede de oposições, tais como as que provêm do jogo entre o moderno e o tradicional, o novo e o velho, o público e o privado.

Nesse intento de tentar enxergar a cidade a partir de outras dimensões, duas categorias fundamentais contribuem decisivamente para a constituição do campo de análise da condição

urbana: o nomoespaço e o genoespaço. Ambas, ao invés de denominarem aglomerações urbanas distintas e comporem sistemas espaciais que se opõe, são aspectos que se integram. Essas duas noções constituem faces de uma mesma moeda; complementam-se na medida em que o espaço não pode ser compreendido nem exclusivamente do ponto de vista dos dispositivos legais nem apenas do ponto de vista identitário. Apesar disso, deter-nos-emos, neste trabalho, nos aspectos relacionados à noção de nomoespaço, tanto por uma justificativa didática quanto por uma questão relacionada à extensão deste artigo.

Para Gomes (2010b, p. 31), a compreensão de nomoespaço está associada à relação que uma sociedade constrói com seu espaço, relação essa que "pressupõe a existência de indivíduos, ou seja, unidades autônomas, com variadas gamas e níveis de expectativas, interesses, propostas e práticas sociais". A diferença é a palavra de ordem na concepção de cidade que se elabora a partir daquela categoria. As liberdades individuais, no entanto, só existem porque o nomoespaço se alicerça sobre um contrato social formal; é ele o fundamento dessa associação entre indivíduos.

O aspecto legal emerge, dentro dessa concepção, como princípio dominante. O conjunto de regras que delimita, organiza, identifica, elabora discursivamente e torna uno determinado espaço, isto é, a lei que o fundamenta, configura-se como um modo específico de se relacionar com o lugar, de compô-lo, de com ele construir distanciamentos ou aproximações. A forma a partir da qual a cidade define-se em seu caráter nomoespacial passa necessariamente pela forma como ela elabora-se enquanto lei; uma vez que o espaço urbano se reveste de certa liberdade comportamental, ele é o lugar das liberdades individuais, somente a lei pode oferta o equilíbrio necessário à existência mesma da cidade.

A cidade não foge, nesse sentido, daquilo que desde o Renascimento não cessou de se afirmar de maneira bastante imperiosa, a racionalidade. A cidade é uma razão: a razão da lei que a sustenta. O espaço urbano é o lugar da reunião maciça de indivíduos livres que se organizam de modo racional a partir da ideia de consenso, o qual se solidifica na materialidade da lei. O nomoespaço, dessa forma, solicita uma concepção de cidade amparada na primazia do político sobre o identitário.

Enquanto espaço da liberdade, a cidade só pode erguer-se e desenvolver-se se essa mesma liberdade for viabilizada pela lei. Daí que a ideia de liberdade que a cidade pressupõe não se apresenta como uma ausência de obstáculos. As individualidades que compõem a unidade básica do espaço citadino encontra na lei o caminho para o exercício da liberdade; por isso mesmo – ou seja, porque a lei constitui um elemento determinante para essa

concepção de cidade – é que a liberdade que está embebida no contexto da cidade não é mais do que uma relação entre Estado e indivíduos. Essa relação, que coloca a esfera estatal e individual como elementos constitutivos do espaço urbano, tem consequência decisiva para a compreensão da cidade em seu aspecto nomoespacial; é sobre ela que se sustenta a divisão espacial em torno da qual a cidade está sempre se movimentando: a separação entre espaço público e espaço privado.

Estado e lei podem ser tomados, nessa análise da cidade enquanto nomoespaço, dentro de uma interdependência multilateral, e, ainda, como termos que possuem certa equivalência. Se forem tomados como margens distintas de um mesmo rio, poder-se-á compreender a influência que exercem sobre a composição da ideia de cidade. Para Arendt (1998, p. 123), "toda lei cria, antes de mais nada, um espaço onde ela vale, e esse espaço é o mundo onde podemos mover-nos em liberdade". Nesse sentido, a lei se apresenta como agente gerador do espaço que a cidade é. O urbano encontra-se, dessa forma, concebido em profunda relação com a noção de direitos políticos: a lei funda a cidade e se torna o cerne da forma como ela é concebida, especialmente em sua espacialidade.

A problemática da relação entre constituição do espaço da cidade e o estabelecimento da lei pontua a história das aglomerações populacionais: "Heráclito comparava a construção das muralhas urbanas ao estabelecimento das leis" (GOMES, 2010b, p. 75). É a lei que se apresenta aí como essência da constituição dos limites físicos da cidade. É esta mesma ligação entre a lei e a consolidação precisa do território que se pode verificar na história do Império romano, o qual se esforçou por construir diversos instrumentos de medidas cada vez mais precisos, cuja finalidade se voltava para delimitação de territórios; não se concebia a cidade senão a partir de uma circunscrição.

A obsessão por delimitar, ou seja, a questão espacial como centro de uma concepção de cidade, pode ser mais bem compreendida dentro de um percurso histórico, se identificarmos, na Idade Média, os limites imprecisos dos feudos e principalmente a recusa em desenhar mapas e descrever limites, coisa bastante estranha diante da ideia moderna de cidade, fundada sobre um espaço normatizado. Mesmo em Roma, a lei que funda o espaço caracteriza-se não exatamente por uma normatização precisa, já que o direito à cidade existia em paralelo ao *jus gentium*, destinado aos não-cidadãos. Esse direito não é, como na cidade moderna, uma garantia da liberdade individual, mas sim o direito de um povo sobre a cidade, a responsabilidade de se fazerem perpetuar suas hierarquias consolidadas.

Já na Grécia Antiga, a ideia de *polis* estava associada diretamente ao cumprimento da lei; antes de qualquer coisa, o critério colocado em destaque no processo de naturalização de estrangeiros era o do cumprimento às leis gregas e a renúncia às leis de onde provinha o estrangeiro. Da mesma forma, e evidenciando a centralidade a lei para uma concepção de cidade, uma das penas mais graves que se podia aplicar na Grécia Antiga era a exclusão territorial. Se a cidade grega funda a sociedade ocidental, isso só pode ser explicado porque a *polis* era um espaço contratual, em que a relação dos indivíduos com a cidade se construía, em grande parte, a partir da lei, pois a partir dela é que eles se constituíam enquanto sujeitos de direito.

É porque pensada sobre o sustentáculo da lei que a *polis* poderá conceber a ideia de espaço público, a ágora. Ao mesmo tempo em que se reveste de um caráter político, o espaço público se torna um lugar da memória, dos feitos memoráveis, os quais se incubem de construir o pensamento de uma *polis* duradoura. O lugar público que aí se constitui contribui decisivamente para a dessacralização do espaço urbano; a distinção entre espaço sagrado e profano cede lugar à diferenciação entre público e privado; por conseguinte, os mortos são impedidos de serem enterrados dentro da *polis*. Gradativamente, ela deixa de se fundar a partir da organização de grupos familiares para constituir-se sobre a ideia de 'povo'; isso, todavia, não se dá de maneira absoluta e, por isso, esse entendimento de 'povo' nunca ultrapassa os limites da cidade nem abrangia vários aglomerados urbanos.

Essas rupturas colocam no centro da forma de pensar a cidade a questão territorial, uma vez que o critério de pertencimento à cidade não mais se assenta sobre a ligação a um grupo familiar, mas sobre a localização do domicílio. Pensada em termo de isonomia, a divisão espacial que se instaura a partir da dessacralização do espaço urbano é concebida a reboque de um Direito Urbano, pois "desde o momento em que a cidade começa a ser vista como o lugar de uma sociedade civil, isto é, de uma comunidade política de cidadãos, o arranjo espacial passa também a ser matéria de exame e intervenção do *público*" (GOMES, 2010b, p. 44).

Se em Atenas, o Direito Urbano não ia além de um território específico, em Roma, há um alcance universalista desse Direito; as cidades conquistadas, embora pudessem manter alguns de seus costumes, não gozavam de uma liberdade legislativa, de modo que o Direito Romano prevalecia em todas elas. Configura-se dessa forma uma concepção de cidade que transpõe a noção de 'povo', no sentido que lhe atribuía a *polis*. O direito à cidadania, nesse caso, não provêm da organização política da comunidade civil; ele emana de um centro.

Mesmo as cidades peregrinas, excluídas daquele direito, elevaram-se pouco a pouco à categoria de municípios a partir da formação de uma aristocracia-cidadã, o que efetivamente não significou o estabelecimento de uma isonomia nos moldes gregos, tendo em vista que a distinção entre *populus* e *gentes* continua a caracterizar a organização fundiária romana, a qual se movimenta entre clientelismo e relações oficiais.

À aparência da lei romana, os espaços sob seu domínio organizavam-se a partir de um mesmo arranjo espacial. Os traçados urbanos das urbes romanas assemelhavam-se em seu desenho reto. As transformações às quais esse desenho urbano foi submetido estão ligadas a alterações de ordem históricas e políticas, o que denuncia o simbolismo no qual a cidade está embebida: um novo pacto social exige outra cidade. Assim é que, por exemplo, em se tratando de Roma, a anexação do Campo de Marte ao território da cidade – colocado em seu exterior, no período da Roma republicana – contribui para a construção de uma concepção de cidade na qual está envolvida a institucionalização de uma força militar.

Nesse mesmo sentido, a entrada dos burgueses no território da cidade repercute decisivamente na forma como ela é concebida. O lugar onde antes eles desenvolviam suas atividades, o *burgus foris*, termo que significa 'fora da cidade', era visto como espaço de liberdade, ao se contrapor ao território senhorial, lugar da servidão. As transformações físicas no espaço urbano, impostas pelo ideal de racionalidade renascentista, é parte desse processo de constituição da cidade enquanto lugar da liberdade, onde os sujeitos podem desvencilhar-se de um poder senhorial para tornarem-se cidadãos de um espaço ao qual têm direito.

A ideia de cidade como direito, assentada sobre um contrato social, encontra, no pensamento do espaço urbano moderno, o âmbito mais acolhedor de sua problematização. O monumentalismo urbano que caracteriza as cidades do Estado absolutista cede espaço a uma organização física que prevê uma divisão institucional do poder e do espaço sobre o qual ele se aplica. A cidade moderna é pensada a partir de uma solidariedade entre esferas do poder público e, por isso, esse pensamento gira em torno da noção de espaço público, o qual não se pode definir senão numa oposição com o espaço privado. Oposição na qual se enfrentam a utopia de uma cidade espacialmente justa e normativamente organizada e a antiutopia de uma cidade individualista e, por isso, consensualmente impossível; nesse enfrentamento, o que está em jogo é sempre uma concepção territorial de cidade.

4 A CULTURA NO *CADERNO 3*: DISCURSIVIZANDO A CIDADE DE FORTALEZA

As seis páginas que compõem o *Caderno3* são publicadas diariamente em meio a outros cadernos que se incluem na totalidade do Jornal Diário do Nordeste. Em suas páginas misturam-se elementos imagéticos e verbais numa proporção equilibrada; as matérias não ultrapassam uma página, e sua parte escrita nunca ocupa mais do que metade do tamanho total da folha de papel; a outra metade é preenchida por imagens. Não está dividido em sessões exclusivas para áreas artístico-culturais específicas, de modo que não há uma estrutura a partir da qual se possa relacionar uma página ou um dia da semana à literatura, ou ao cinema, ou ao teatro; suas matérias são variáveis do ponto de vista temático e não obedecem a um padrão de previsibilidade.

À primeira página do *Caderno 3* sempre figura uma só matéria. Integralmente, seja com imagens ou com texto, a página é ocupada exclusivamente com determinado tema, assunto ou objeto cultural. As demais são preenchidas por mais de uma matéria. A segunda página, por sua vez, possui autores fixos, a depender do dia da semana; sete autores, entre eles antropólogos, literatos, historiadores e jornalistas; nela há também uma só matéria, que, todavia, divide espaço com anúncios publicitários. A página três possui uma sessão fixa, a coluna 'É...', de Neno Cavalcante, composta por textos bastante curtos e de temáticas diversas. A página cinco é exclusiva para outra sessão fixa, composta por textos de Regina Marshall.

Articulam-se às páginas do *Caderno 3* duas ideias complementares: a do 'estrangeiro na Fortaleza' e a da 'Fortaleza no estrangeiro'. É sobre esta segunda ideia que trabalham os textos de Regina Marshall, sessão mais longa desse caderno de cultura. Há certa heterogeneidade temática no que nela se publica, o que não impede que a reconheçamos como espaço da elite econômica de Fortaleza. Volta-se sempre para pergunta por onde anda os nomes mais afortunados da capital cearense; o que tem feito os sujeitos prestigiados socioeconomicamente durante o tempo em que não estão acumulando lucros; que encontros e intercâmbios aqueles que compõem este grupo seleto andam elaborando.

Tais perguntas raramente são respondidas de outra maneira senão a partir do pensamento de uma Fortaleza maior que ela mesma. A página cinco do *Caderno 3* desdobra incessantemente o pensar acerca de uma Fortaleza internacional, não no sentido de uma capital turística, mas sim na perspectiva de uma cidade que está em todos os lugares: o fortalezense, ou pelo menos um determinado tipo dele, não cabe em seu próprio nomoespaço. Por isso não há dificuldade em se localizarem enunciados semelhantes aos que se seguem:

"viajam esta semana a Orlando"[3], "Em Roma, elas assistiram à missa no Vaticano"[4], "foram espairecer nos Estados Unidos"[5], "retornam sexta de Las Vegas"[6].

A representação que aqui se elabora acerca da cidade de Fortaleza funda-se sobre um movimento centrípeto: articula-se no interior de seu território, com as personagens a ele inerentes, e dirige-se a um público que também é intraterritorial, tendo em vista que o Diário do Nordeste não tem repercussão internacional, mas projeta-se para um espaço que lhe é exterior. O pensamento da cultura pressuposta pela página 5 do *Caderno 3* passa pela relação 'cidade-de-Fortaleza vs. cidade-estrangeira'; tal relação constitui-se como uma necessidade intransponível para a construção desse discurso, o que torna possível a sua existência.

Mas essa relação não é assim geometricamente definida; seus elementos não se distinguem em absoluto nem constituem territórios no qual se possam estabelecer linhas divisórias, uma separação precisa. Assim é porque ao mesmo tempo em que esse discurso se volta para Fortaleza, dirige-se também àquilo que se apresenta como o 'Outro' dessa cidade. Efetivamente, tais discursos nunca abordam a 'cidade-de-Fortaleza'; mas também jamais tomam por foco a 'cidade-estrangeira'; colocam a meio caminho de um e outro, na tentativa de articulá-los para além de seus nomoespaços.

Se podemos chegar a um consenso do que de fato é tematizado nesses textos de cultura – ou a Fortaleza ou o seu 'Outro' – só o podemos alcançar do ponto de vista do contexto de circulação e de produção desses discursos. Por conseguinte, um caderno de cultura que se localiza na conjuntura de um Jornal produzido e publicado na capital cearense só poderia representar e discursivizar essa mesma cidade. A forma, todavia, como essa representação se constrói subverte limites espaciais normativos, ao se construir na hesitação entre um território de dentro e um território de fora, entre a sua própria representação e a do 'Outro', no jogo entre Fortaleza e seu estrangeiro.

No jogo de pensar a 'cidade-de-Fortaleza' a partir da 'cidade-estrangeira', e vice-versa, o *Caderno 3* está sempre encontrando estratégias para articular a cena cultural

[3] MARSHALL, Regina. **Tour**. In: Diário do Nordeste, Caderno 3. Fortaleza-Ce: Editora Verdes Mares LTDA, 28/05/2013, p. 5.
[4] MARSHALL, Regina. **À italiana**. In: Diário do Nordeste, Caderno 3. Fortaleza-Ce: Editora Verdes Mares LTDA. 03/06/2013, p. 5.
[5] MARSHALL, Regina. **Relax**. In: Diário do Nordeste, Caderno 3. Fortaleza-Ce: Editora Verdes Mares LTDA. 03/06/2013, p. 5.
[6] MARSHALL, Regina. **Idas e vindas**. In: Diário do Nordeste, Caderno 3. Fortaleza-Ce: Editora Verdes Mares LTDA. 29/05/2013, p. 5.

fortalezense à cena de uma cultura internacional. Em "Sonhos bilíngues"[7], matéria publicada em junho de 2013, a arquitetura desse pensamento evidencia-se de maneira mais explícita. Esse texto figura à primeira página e tem, portanto, o estatuto de reportagem principal; no entanto, os motivos que o conduziram a esse lugar, os quais se manifestam nas ideias que o texto elabora, estão pautados no incontornável pensamento de uma Fortaleza inserida na dinâmica de um intercâmbio mundial.

A matéria pretende dar visibilidade a uma parceria em processo de construção entre uma produtora cinematográfica fortalezense e outra de origem suíça. As atividades efetivas desse projeto, ou seja, o começo das gravações ou mesmo a definição do elenco ainda estão longe de serem iniciadas; de fato, aquilo sobre o que a reportagem trabalha é o estabelecimento da parceria, pois, em se tratando da produção do artefato artístico, o objeto audiovisual, não se pode encontrar mais do que projeções que ainda padecem de definições mais precisas. Desde já, todavia, é preciso se deter sobre sua existência, não naquilo que ela tem de palpável, mas sim naquilo que ela é capaz de colocar em funcionamento dentro do discurso que o C*aderno 3* constrói acerca de Fortaleza.

Mais do que lançar luz ou sobre o aspecto estético de determinada produção audiovisual ou sobre o tratamento artístico que seus idealizadores pretendem dar a determinado tema, a matéria enxerga a relação 'cidade-de-Fortaleza' e 'cidade-estrangeira' como o ponto sobre o qual é preciso desdobrar-se e para o qual é preciso sempre regressar. Essa relação, e não na temática do filme, ou nos nomes nele envolvidos, ou na originalidade de sua estética, constitui-se a força motivadora da matéria, haja vista o seu *lead* – "Parceria entre uma produtora local e uma campanhia suíça resulta em longa-metragem sobre futebol brasileiro" –, cujo olhar se volta primeiro para o aspecto da "parceria" antes de se voltar para a temática do filme.

Enquanto a "parceria" se apresenta de forma singularizada, pois os elementos que a compõem encontram-se detalhados, o tema "futebol brasileiro" padece de subsídios que melhor o caracterizem, tendo em vista a sua amplitude. O que se evidencia no *lead*, nas escolhas linguísticas de sua enunciação, é que os caminhos pelo quais o discurso da cultura transita às páginas do *Caderno 3* são sempre abertos pelo pensar – prioritário, fundante e recorrente – acerca da relação 'cidade-de-Fortaleza' e 'cidade-estrangeira'.

[7] FREIRE, Pedro Martins. **Sonhos bilíngues**. In: Diário do Nordeste, Caderno 3. Fortaleza-Ce: Editora Verdes Mares LTDA, 03/06/2013, p. 1.

Esse modo de operar discursivamente, característicos dos enunciados do *Caderno 3*, possui uma relação de paralelismo com o modo a partir do qual os sentidos da capital cearenses são elaborados desde o final da década de 1980. O pensamento de uma Fortaleza moderna e, portanto, internacional, emerge concomitante ao movimento de afastamento entre os sentidos do *interior* e os sentidos da *capital*, tendo em vista que a capital cearense ocupou, durante o século XVIII, um lugar subalterno em relação a cidades mais desenvolvidas economicamente no interior do estado (JUCÁ, 2003), bem como a ocupação de Fortaleza por uma elite interiorana, no século XIX, o que impedia a elaboração de um sentido singular para a capital do estado em relação ao *interior*.

A elaboração dos sentidos de modernidade fortalezense – que a aproxima mais de um pensamento extraterritorial do que nomoespacial – emerge no seio da formação de uma nova elite da capital. Não mais os imigrantes abastados do interior do estado que ocuparam a Aldeota na primeira metade do século XX, trazendo consigo os sobrenomes de família de tradição agrária naqueles centros urbanos interioranos que, nos séculos XVIII e XIX, figuravam entre os mais importantes para a economia cearense. Foi essa nova elite que ocupou o litoral leste de Fortaleza, provocando sua verticalização, a qual operava em nome de uma vontade de identificação com a cidade moderna. Essa elite insurge a partir da formação de uma classe média emergente, constituída especialmente de profissionais do setor universitário ou funcionários de órgãos técnicos especializados, que gradativamente toma espaço no comando de pastas da administração pública, recebendo elevados salários e consolidando-se como classe social apta a assumir os mais altos cargos da gestão pública cearense, já que seus sentidos identitários se ligam diretamente à ideia de conhecimento e profissionalismo (CAVALCANTE, 1992).

A construção do sentido de uma Fortaleza internacional se efetivaria especificamente a partir do final da década de 1980, ao longo de um percurso político que se originou sob o mote de "governo das mudanças". As eleições estaduais de 1986 marcam a emergência de uma oposição entre *capital* e *interior*, a qual também pode ser expressa a partir da oposição entre política moderna e política tradicional. Adauto Bezerra, César Cals e Virgilio Távora, nomes que dominavam a política cearense desde 1960 são significados, pelo discurso da proposta mudancista, como símbolos de uma política interiorana, já que marcada por uma relação de coronelismo e fundada sobre uma ideologia oligárquica de base agrária.

Adauto Bezerra, adversário de Tasso Jereissati, nas eleições de 1986, embora liderasse um dos setores mais modernos da indústria cearense (LEMENHE, 1995), trazia consigo a

tradição da família Bezerra, de Juazeiro de Norte, o que, dentro daquela oposição construída pelo discurso mudancista, o colocou como representante da política interiorana e os sentidos que se pressupunham. O discurso do "governo das mudanças" esforça-se por construir-se na dianteira de um movimento de modernização, muito embora desde a década de 1960, segundo Gondim (2007), nos governos dos coronéis, este movimento de modernização seja uma constante. Agora, todavia, a construção do sentido dessa modernidade se alicerça sobre a oposição entre *capital* e *interior*.

O cerne do projeto político para o Ceará do governo Tasso Jereissati estava na transformação da capital cearense em referência de modernidade para as demais cidades interioranas. Sustenta esta afirmação o fato de o governo Jereissati ter fortalecido significativamente a participação de Fortaleza no produto interno bruto cearense, consolidando-se como centro dos serviços estaduais (GONDIM, 2007). Os investimentos na industrialização da região metropolitana de Fortaleza se traduzem, por outro lado, na estagnação da agricultura tradicional (GONDIM, 2007), bem como da representatividade econômica do interior do estado.

Isso, todavia, não significa que o "governo das mudanças" não aplicou recursos nas cidades do interior. O olhar, todavia, para esse espaço, caracterizava-se por uma vontade de extingui-lo para transformá-lo em outro. Investiu-se sobremaneira no combate ao analfabetismo no interior do estado, combate esse que não se esquivava da noção de uma gente interiorana inculta. O *interior* do estado pintou-se pobre e sem cultura aos olhos da capital moderna e internacional. Ao tempo em que a capital construía de si a imagem de cidade global, elaborava também a imagem de um interior marcado pela mortalidade infantil e pelo analfabetismo.

Não pretendemos com essa articulação entre o *Caderno 3* e um discurso político evidenciar, ou mesmo sugerir, que há uma relação direta entre o modo como o *Caderno3* elabora seus enunciados e o projeto de modernização proposto pelo "governo das mudanças". Não é o *Caderno3* a voz de uma corrente ou grupo político cearense; seu discurso não é definido na instância das questões político-partidárias. O que há, para nós, é uma possibilidade de falar de Fortaleza que aproxima o discurso político do "governo das mudanças" e o discurso artístico-cultural do *Caderno3*.

O que é possível observar a partir dos paralelismos que aqui construímos é que há uma vontade latente de internacionalização que preenchem os sentidos da Fortaleza moderna. Todavia, isso não é uma característica singular do discurso de modernização que aflorou na

política cearense no final do século XX. Ora, a extraterritorialidade é constitutiva da cidade contemporânea, e a sociologia urbana não cessa de repetir isso. Mas essa extraterritorialidade se reveste de sentidos específicos, em se tratando de Fortaleza ou mesmo de outra capital brasileira. Isso porque tais sentidos se elaboram social e historicamente, bem como na relação com outros sentidos disponíveis sincronicamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com Foucault, "suponhamos que os universais não existem" (apud VEYNE, 2009, p. 21); dessa maneira, "suponhamos que a loucura não existe, ou antes, que não passa de um falso conceito" (VEYNE, 2009, p. 21). Poderíamos ainda supor que 'cidade-de-Fortaleza' não existe. Tal suposição não tem por meta descartá-la, afinal, toda massa de enunciados do *Caderno 3* e a própria razão de ser desse caderno, bem como todas as suas representações de Fortaleza, estariam aí para invalidar essa hipótese; supomos essa inexistência para tomar esse conceito em sua singularidade histórica; olhar para a necessidade de seu uso na conjuntura de relações discursivas; analisar sua emergência a partir da interação ou confronto entre formações discursivas; evidenciar que a aparente estabilidade daquilo que ele significa varia, embora se possa mostrar uma fotografia e dizer: "isto é Fortaleza".

Interrogamos a possibilidade de existência dessa relação 'cidade-de-Fortaleza vs. cidade-estrangeira', bem como as noções que com elas se relacionam – 'cidade', 'território' –, não para negar-lhes a verdade – "todos aqueles que dizem que para mim a verdade não existe são mentes simplistas" (FOUCAULT, 2004, p. 241); muito menos para saber a que serve essa verdade, denunciar seu caráter pejorativo ou as artimanhas do poder que se escondem por trás dela; sim para reconhecê-la como objeto de uma prática discursiva; saber como certas noções são problematizadas através dela; especular se o *Caderno 3* seria possível sem a verdade temporal de certas oposições e diferenciações do tipo 'cidade-de-Fortaleza vs. cidade-estrangeira'.

LA CIUDAD EXTRATERRITORIAL: FORTALEZA, SU ESCENA CULTURAL Y LOS SENTIDOS DE SU IDENTIDAD

RESUMEN: A pesar de que se inserta en un periódico que noticias varios territorios, el Caderno 3 se dirige a la ciudad de Fortaleza exclusivamente. Los discursos que se transmiten a través de los temas inherentes al Caderno 3 permiten dibujar representaciones de un hombre y una cultura urbana. Identificar y describir esos discursos sobre la ciudad de Fortaleza se

presentan como el principal objetivo de este trabajo. Para lograrlo, es necesario entender el Caderno 3 como práctica discursiva; así, Michel Foucault es el principal pilar teórico de este artículo. Dado que se analiza un 'discurso sobre la ciudad', los conceptos de *espacio urbano* y *nomoespaço*, así como la concepción misma de la ciudad, son esenciales para la comprensión de esas representaciones. Por lo tanto, era imposible evitar una perspectiva transdisciplinaria: se utilizaron los conceptos de otros campos de la investigación, especialmente los de la "nueva geografía cultural", que estudia los factores urbanos en su dimensión simbólica, sociológica y filosófica.

PALABRAS CLAVE: Práctica discursiva. Ciudad. Identidad. Territorio.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. *O que é política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CALDERON, Philippe. *Foucault por ele mesmo.* (documentário audiovisual). França: ARTEFRANCE/BFC Productions, 2003.

CAVALCANTE, Jacqueline. *Desenvolvimento e a dinâmica da industrialização recente no estado do Ceará.* Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/Curso de Mestrado em Economia, Dissertação de Mestrado, 1992.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber.* 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. *As palavras e as coisas:* uma arqueologia das ciências humanas. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *Ditos e Escritos V:* ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. *Michel Foucault,* uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FREIRE, Pedro Martins. Sonhos bilíngues. In: *Diário do Nordeste*, Caderno 3. Fortaleza-Ce: Editora Verdes Mares LTDA, 03 jun. 2013.

GOMES, Paulo César da Costa. Introdução. In: _____. *A condição urbana*: ensaios de geopolítica da cidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010a.

_____. *O* nomoespaço. In: _____. *A condição urbana*: ensaios de geopolítica da cidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010b.

GONDIM, Linda Maria de Pontes. *O Dragão do Mar e a Fortaleza pós-moderna:* cultura, patrimônio e imagem da cidade. São Paulo: Annablume, 2007.

HEIDEGGER, Martin. *Introdução à filosofia*. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

JUCÁ, Gisafran Nazareno M. *Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza.* 2. ed. São Paulo: Annablume, 2003.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. *Família, tradição e poder:* (o)caso dos coronéis. São Paulo: Annablume, 1995.

MACHADO, Roberto. *Foucault, a ciência e o saber*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

MARSHALL, Regina. Tour. In: *Diário do Nordeste*, Caderno 3. Fortaleza-Ce: Editora Verdes Mares LTDA, 28 maio 2013.

_____. À italiana. In: *Diário do Nordeste*, Caderno 3. Fortaleza-Ce: Editora Verdes Mares LTDA. 03 jun. 2013.

_____. Relax. In: *Diário do Nordeste*, Caderno 3. Fortaleza-Ce: Editora Verdes Mares LTDA. 03 jun. 2013.

_____. Idas e vindas. In: *Diário do Nordeste*, Caderno 3. Fortaleza-Ce: Editora Verdes Mares LTDA. 29 maio 2013.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea.* 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

VEYNE, Paul. *Foucault, o pensamento, a pessoa*. Lisboa-PT: Edições Texto & Grafia, 2009. (Coleção Pilares).